

ral. Mas, não encontramos justificativa para dizer que são assim porque podemos ver um pequeno segmento da curva do progresso humano, mesmo porque a história de toda a raça humana ocupa apenas uma fração insignificante do tempo da existência do Universo. Além disso, a Natureza deu ao homem mais liberdade — com resultados que podem aparentar desorganização se a encararmos do nosso limitado ponto de vista.

Mas a Natureza, com toda a eternidade à sua disposição, deve ver a experiência humana numa perspectiva completamente diferente. O que nos parece desorganização é sem dúvida uma parte organizante temporária e cuidadosa de sua experiência — nós mesmos temos que “desorganizar” ovos para fazer uma omelete. Seria mais prudente supor, então, com toda a evidência de organização ao nosso redor, que a Natureza sabe o que ela está fazendo, embora não o saibamos, e que a experiência humana não é uma exceção à regra geral.

Uma organização perfeita não pode tolerar qualquer parte desorganizante. Nem pode ignorar o fato de que o burro humano, com sua medida de liberdade, precisa ou da cenoura ou do chicote; e deve fazer provisões para ambos.

Se pensamos sobre isto por um momento, a maioria de nós acharia impossível acreditar que a organização perfeita do Universo toleraria as ineficiências, as incertezas, as demoras e erros do sistema legal humano ou, ainda, os ponderáveis, demorados, e às vezes incertos métodos pelos quais as organizações humanas distribuem prêmios ou medalhas de vários tipos. É igualmente impossível acreditar que a Natureza precise ser subornada ou aplacada — ou que possa ser “planejada”.

Se não podemos acreditar neste tipo de coisa, nossa alternativa mais razoável é supor que as leis que governam a conduta humana operam com precisão absoluta, de forma impessoal e automática em relação ao resto das leis naturais, tal como a lei da gravidade.

Quando vemos estas leis em operação não pensamos sobre a Natureza como sendo furiosa e vingativa. Se um

homem cai num penhasco, não consideramos sua morte como um “castigo”, dado por uma Natureza sempre pronta a apertar o gatilho. Sentimos que sofreu automaticamente a conseqüência lógica porque ignorou a lei natural da gravidade.

De modo semelhante, parece que a entidade imortal não sofre um “castigo” para seus “pecados” mas por eles — por ter ignorado as leis naturais.

Quando estamos acostumados a algo torna-se difícil imaginarmos alguma coisa que o transcenda. De tal modo ficamos habituados aos métodos e à parafernália dos sistemas legais humanos, que não é fácil reconhecer que a Natureza — empregando processos de pensamentos imediatos e infalíveis — não precisa de juízes, jurados, detetives, tribunais, guardas, sumários de culpa, citações judiciais, sentenças ou policiais. Impregnados de antigas tradições, também herdadas de tribos primitivas da terra, acostumamo-nos a pensar em divindades hostis e vingativas, prontas para castigar e sequiosas por subornos e “sacrifícios”. Tais idéias são difíceis de serem difundidas e até mesmo muitos acham-nas intelectualmente indigestas.

Agora, porém, que a pesquisa moderna da natureza do pensamento oferece uma alternativa mais racional, não é tão difícil compreender e dar crédito à Natureza, com mais eficiência, integridade e bom humor do que supúnhamos. Pois, certamente, é mais fácil acreditar que a entidade escreve suas “punições” e que constrói, na sua memória eterna, seu próprio “inferno” ou “céu” individuais, gerados pelas suas próprias experiências, pensamentos e ações.